



INTELECTUALES,
MEDIADORES Y
ANTROPÓLOGOS.
LA TRADUCCIÓN Y LA
REINTERPRETACIÓN DE LO
GLOBAL EN LO LOCAL

Mónica Martínez Mauri
Eugenia Rodríguez Blanco
(Coordinadoras)

7

O FAZER ETNOGRAFICO: POLÍTICAS, MEDIACÕES E DEFINIÇÃO DE GRUPOS.

SARA ALONSO¹

Universitat de Barcelona

No Brasil, desde o final dos anos 80 e, sobretudo, na segunda metade da década de 90, vem aumentando o interesse, na literatura antropológica, por questões referentes às políticas públicas dirigidas às denominadas “populações tradicionais”, como as sociedades indígenas e os remanescentes de comunidades de quilombos. Contextualizado, este interesse ocorre no âmbito da participação do antropólogo e do uso do saber especializado nos debates e na elaboração destas políticas, num marco maior do processo de construção do estado-nação. Estes novos contextos políticos e situações intelectuais têm originado, na antropologia, uma série de inquietações e preocupações teórico-analíticas que estariam, em certo sentido, relacionadas ao estatuto do “saber qualificado” e aos pressupostos normativos que decorrem dos efeitos que estas práticas e saberes especializados têm sobre a realidade social.

A antropologia do desenvolvimento, antropologia da administração pública e a antropologia dos estados nacionais são, entre outras, definições usadas por autores interessados em examinar aspectos relativos a esse envolvimento entre contextos políticos e situações intelectuais. (Ver a este respeito, entre outros autores, Escobar, 1995; Mair, 1984, Oliveira, 2002; L’Estoile, Neiburg, Sigaud, 2002)

Um dos pontos que unifica essa literatura, embora utilizando focos empíricos e abordagens diferentes, é o fato de explicitar certas conexões entre saberes especializados, a elaboração e implementação de políticas e a definição de populações. Outro ponto unificador vem

¹Este trabalho se fundamenta em dados coletados em experiências de pesquisas anteriores realizadas no Brasil, concretamente nos estados de Maranhão e Pará, na Amazônia brasileira e, especialmente, nas atividades de campo realizadas durante a investigação de doutorado (de 2000 a 2004) e nos desdobramentos e atividades de campo posteriores (2005 e 2006).

dados pela tentativa de superar noções e pressupostos normativos ou políticos inseridos nas categorias e no instrumental analítico usado pelo pesquisador, seja por meio da incorporação nas suas análises de visões e práticas administrativas, seja por meio dos efeitos que têm as práticas do pesquisador sobre a realidade social.

Em estudos anteriores sobre identidade e cultura Tembé (Sara Alonso, 1999 e 2000) e, sobretudo, na pesquisa de doutorado (Alonso, 2004) e nos seus desdobramentos posteriores (Alonso, 2006) pudemos constatar, a partir de análise de duas situações etnográficas - Itamoari, localizada na região do Gurupi (PA) e Jamary dos Pretos, no Turiaçu (MA) - os efeitos performáticos que tiveram as práticas e os agentes de mediação inclusive do próprio pesquisador), para definir e reconhecer os moradores de Itamoari y de Jamari enquanto “remanescentes de comunidades de quilombos” ou “descendentes do tempo da escravidão”.

Estes processos expõem mudanças de relações que implicam no uso de certas estratégias de mobilização e de (re) organização por parte de um conjunto de agentes (entre outros, antropólogos, historiadores, militantes, lideranças locais) visando aplicar e viabilizar políticas, como a garantia do território. As estratégias incluem a produção de conhecimento sobre “o passado” e a “origem do grupo” (ou práticas de “preservação e de resgate cultural”), materializado em eventos como “mapeamentos de identificação”, encontros, entre outros. Trata-se da produção de um conjunto de idéias ou de conhecimento elaboradas no marco de debates para implementar políticas, como o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988.²

Para os nossos objetivos interessa destacar que a objetivação e garantia dos direitos socioculturais, seja para os indígenas seja para os quilombolas, têm como condição mostrar que compartilham uma “cultura comum”. Não podemos deixar de mencionar que a lógica

² O Art. 68 do ADCT dispõe que é reconhecida aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva sobre as terras que estejam ocupando, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Destacamos a incorporação de novos marcos legais, como o reconhecimento, por parte do governo brasileiro, da Convenção 169 da OIT (Decreto nº 48877, de 20/11/2003) e o Programa Brasil Quilombola (2005).

destes processos põem no cenário disputas entre agentes, com posições e graus diferentes de autoridade, sobre novos princípios de diferenciação social e cultural, isto é, para definir quem são os incluídos e os excluídos, ou quem são os que têm direitos – e de que forma se organizam social e culturalmente essas novas unidades político-culturais. Neste sentido, nos chamou a atenção a linguagem em que se codificam as representações do passado – “os descendentes do tempo da escravidão”- e o uso de interpretações de uma mediação autorizada.

Nosso trabalho busca examinar em que medida e de que forma a mediação e/ou prática antropológica, incluído o pesquisador, foram eventos significativos que contribuíram para legitimar princípios organizacionais e de percepção da realidade social, seja no nível local ou global. Isto é, como e de que forma, os trabalhos pela história ou conhecimento do especialista contribuíram para dar existência social os “remanescentes de quilombos” em general e, no caso de Jmary, para criar “o tempo da escravidão” e, ao mesmo tempo, para objetivá-lo e defini-lo como quilombo e seus moradores como “descendentes”.

Tomamos como nosso universo empírico o estado do Maranhão (localizado a leste da Amazônia brasileira), para focalizarmos enquanto situação etnográfica o quilombo de Jmary dos Pretos, localizado no município de Turiaçu.

Demos especial atenção à construção de situações ou contextos de entrevista relativos à nossa experiência em campo, isto significa considerar que as três situações de entrevista que examinamos pressupõem, sem dúvida, o complemento de outros dados e observações de campo.

Nosso ponto de partida implica em atribuir à “experiência de investigação” uma dimensão teórico-analítica e observar o antropólogo (ou pesquisador) como um ator social, no contexto dos processos examinados, no marco maior dos efeitos políticos de teoria que tem no Brasil o antropólogo ou cientista social como especialistas para produzir e postular legitimidade de um saber especializado sobre os denominados grupos tradicionais. Em outros termos, o universo empírico com as suas experiências de campo são analisadas como uma

mediação nesses processos, ou melhor, como “objetivações mediáticas”.³

O universo empírico, a atribuição de informantes autorizados por parte do “nativo”, a localização atribuída ao pesquisador no marco do esquema de classificação social do grupo, entre outros, são elementos que estão em questão no nosso trabalho.

Se o trabalho de campo, como sugere Joahannes Fabian (1983: 140), implica numa relação de intersubjetividade que passa a analisar as condições de produção, é contudo Michael Herzfeld (1987), ao indicar a idéia de “negociação da pesquisa”, que nos sugere a possibilidade de tomarmos como ponto de reflexão a própria relação pesquisador-pesquisado na sua dimensão social e política. Como base nas reflexões de Pierre Bourdieu (1980 e 1982), Herzfeld considera que os significados e os provocadores de mudança dependem de quem está falando, para quem, sobre o que e em que contexto (Herzfeld, op.cit.: 155).⁴

Consideramos o nosso trabalho relevante para por em jogo o “sujeito empírico”, percebido como universo empírico dado e, ao mesmo tempo, para evidenciar uma meta-etnografia. Sob esse ponto de vista, o trabalho, além de uma tentativa de superar obstáculos analíticos que se depreendem da participação direta ou indireta do cientista social em contextos de viabilização das políticas (ou nas lutas de classificação), traz uma reflexão do próprio fazer etnográfico com a finalidade de

³ Nossa idéia de objetivação mediática tem como ponto de partida a idealização de objetivação elaborada por Richard Handler (1984, 1988). O autor usa a idéia de objetivação com a finalidade de pontuar, por um lado, os efeitos performativos que as práticas ‘instituídas’ têm sobre o mundo social e, por outro, o caráter inovador e criativo que assumem essas objetivações quando se manifestam nos diferentes contextos (Handler, 1988: 14 e 16). A nossa idealização busca concomitantemente, por um lado, minimizar os efeitos de poder que se depreendem da elaboração do autor que, no limite, estabelece uma separação diferencial entre as políticas (Estado), os agentes e os grupos. Por outro, busca ampliar a perspectiva performática e, assim, superar pressupostos desses normativos que se depreendem do enfoque do autor.

⁴ Questões, em certa medida, já sugeridas por Malinowski (1935; 1985), especialmente quando menciona ou indica a importância que tem a linguagem para entender as interpretações do nativo, nos sugere a existência de uma hierarquia de informantes, assim como a necessidade de considerar as posições, ou melhor, a autoridade de quem fala.

contribuir para uma reflexão teórica sobre os efeitos da prática ou do saber antropológico em processos de transformação.

1. O SABER DO “ESPECIALISTA”: A MEDIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MAPEAMENTO E DE IDENTIFICAÇÃO

Como ato de nomeação oficial, o Artigo 68 do ADCT implica na instituição diferenciada de determinados direitos para um setor da população até então incluído, geralmente, em classificações como “trabalhadores rurais”, ou “comunidades negras rurais”, que passa a ser reconhecido enquanto remanescentes de comunidades de quilombos. De um ponto de vista analítico, isto significa considerar que as práticas e os atos dos agentes têm sempre pretensões de verdade, porém não todos os atos discursivos exercem a mesma eficácia performativa sobre a “realidade social”.

Neste sentido, por se tratar de processos que implicam em lutas de classificação, qualquer definição autorizada a respeito destas populações exerce maior eficácia sobre a sua realidade; por exemplo, os atos de categorização exercidos pelo cientista social. Em outros termos, trata-se de questões explicitamente vinculadas a uma problemática do contexto político do momento, na qual têm papel ativo intelectuais e cientistas sociais, como antropólogos e historiadores e, sobretudo, porque o problema dos remanescentes, assim reconhecido no ambiente social do momento, era um dos temas sensíveis da atualidade brasileira. Nestas situações, o risco do cientista (ou investigador) se deixar cativar pelas representações nativas parece aumentar, conforme sugere Lygia Sigaud (2000) no seu estudo sobre a forma dos acampamentos.

Desta perspectiva, as pesquisas de “identificação” ou reconhecimento legal de determinados grupos indígenas, ou sobre os remanescentes de comunidades de quilombos, objetivando a defesa e garantia da terra, mostram com maior evidência a relevância dos efeitos que tem o conhecimento antropológico. Nesse sentido, é o antropólogo, enquanto especialista e profissional que postula reconhecimento, dentro da divisão do trabalho intelectual, para produzir conhecimento sobre os

denominados grupos tradicionais quem, geralmente, é solicitado para realizar essas pesquisas.

Para ampliar estas observações, a partir, sobretudo, da segunda metade da década de 1990, a autoridade do antropólogo como “especialista”, até certo ponto, vem sendo colocada em questão, pelos estudos de “mapeamento” e de “identificação” que outros agentes e especialistas, como historiadores ou sociólogos, vêm realizando com as comunidades quilombolas. Contextualizado nas discussões, à época relativamente recentes entre diversos profissionais - vinculados ou não ao campo acadêmico, especialmente entre antropólogos -, sobre o papel destes especialistas e da incorporação ou não do saber antropológico nos critérios usados nas diretrizes normativas para a viabilização de políticas, concretamente a aplicação do artigo 68.

Além dos critérios para definir quem tem ou não os direitos coletivos à terra ou quem são os incluídos ou excluídos, a definição e o perfil desse especialista à época estava em discussão. Quem seriam esses especialistas? Quais seriam suas propriedades? Estas eram questões levantadas nessas discussões que colocavam em jogo os agentes e seu potencial para produzir conhecimento sobre esses grupos.

Do mesmo modo, questões que surgiam de forma indireta nos assuntos da denominada temática indígena,⁵ apareciam explicitamente nestes momentos do debate. Por exemplo, a aparente separação entre atividades acadêmicas e políticas que costumam fazer, entre outros, os antropólogos no desempenho das suas funções profissionais, neste momento pareciam caminhar juntas, sendo difícil separar o contexto no qual o antropólogo falava ou produzia conhecimento. Isto porque o conhecimento previamente produzido por alguns antropólogos é recuperado (ou reformulado) como fonte de capital para se legitimar e legitimar suas práticas no debate político em torno da aplicação dos direitos aos remanescentes, opondo assim as diferentes visões e definições a serem aplicadas a estes grupos.⁶

⁵ Alguns especialistas das ciências sociais no Brasil reconhecem deste modo as questões relativas às sociedades indígenas, tanto no âmbito acadêmico quanto político.

⁶ A análise destas questões foi desenvolvida no Cap. I da tese doutoral (Alonso, 2004). Indicamos, a título de ilustração, alguns destes trabalhos: Maria de Nazaré Baiocchi (1983);

Não é nossa intenção aqui aprofundar essas disputas (leia-se lutas de classificação); o nosso interesse é destacar, por um lado, o papel e os efeitos que exercem determinados agentes como produtores de conhecimento, ao postular maior reconhecimento e posição de autoridade. Nesses contextos de disputa, qualquer enunciado pronunciado por uma autoridade reconhecida costuma exercer maior grau de eficácia performativa sobre a realidade social.⁷ Foi em 1995, num momento de disputas e de comemorações, que se obteve a primeira titulação coletiva; desde então, o número de comunidades quilombolas e de processos de regularização têm aumentado, sobretudo como resultado dos efeitos dos estudos de Mapeamento e Identificação. A título de ilustração gráfica destas práticas no estado do Maranhão, ver o mapa da figura 1.

Vai além dos limites deste trabalho examinar esse conjunto de conhecimento que se depreende das práticas de mapeamento; a nossa intenção é demonstrar, de um ponto de vista sociológico, dimensões que se depreendem do saber do cientista em determinados contextos. Neste marco, destacamos o livro “Jamary dos Pretos, terra de mocambeiros” (PVN, 1999) como um exemplo paradigmático dos efeitos performáticos que tiveram as práticas de mapeamento e de identificação, destinadas a “resgatar a história e memória dos quilombos”, em geral e, em particular, como veremos, os efeitos que tiveram no Maranhão e em Jamary os trabalhos do PVN.⁸

Anita Maria Monteiro (1985); Eliane Cantarino O’Dwyer (1995); João José Reis e Flávio Gomes (1996); Rosa Azevedo e Edna Castro (1998), Ilka Boaventura Leite (1996).

⁷ Vale destacar, estas questões continuam sendo um tema de debate e interesse que mobiliza antropólogos e cientistas sociais, como ficou evidente no seminário organizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) intitulado “Perícia antropologia e defesa dos direitos sócio-culturais”, realizado em Brasília (Brasil) em março de 2008.

⁸ O Projeto Vida de Negro (PVN) foi criado na segunda metade de 1980 como uma iniciativa de “resgate cultural”, pelo Centro de Cultura do Negro do Maranhão (CCN/MA) e pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Contudo, na década de 1990, o Projeto, além de adotar novos significados, incorporou à equipe antropólogos e outros especialistas, buscando aplicar e viabilizar o artigo 68. Neste marco, o livro além de sistematizar os esforços do PVN dirigidos a Jamary desde 1992-1998 visando o reconhecimento dos direitos, é também reconhecido fora e dentro do âmbito acadêmico brasileiro como uma expressão exemplar dos trabalhos de identificação, o que favoreceu a divulgação e legitimação dos diferentes atores e das suas idéias.

Uma das estratégias teórico-metodológicas usadas pelos especialistas nas pesquisas é procurar informação sobre a “origem e fundação da comunidade” através da escolha de informantes “mais velhos”, considerados pelos próprios pesquisadores como “os guardiões da tradição”, o que pressupõe, por parte destes especialistas, partir de uma idéia de hierarquia de informantes, como o informante autorizado. Pois, a categoria “os mais velhos” reveste-se nesses contextos de significado especial, por serem, nesse processo, definidos pelos diferentes agentes, como os “especialistas locais da tradição ou do resgate do tempo da escravidão”.

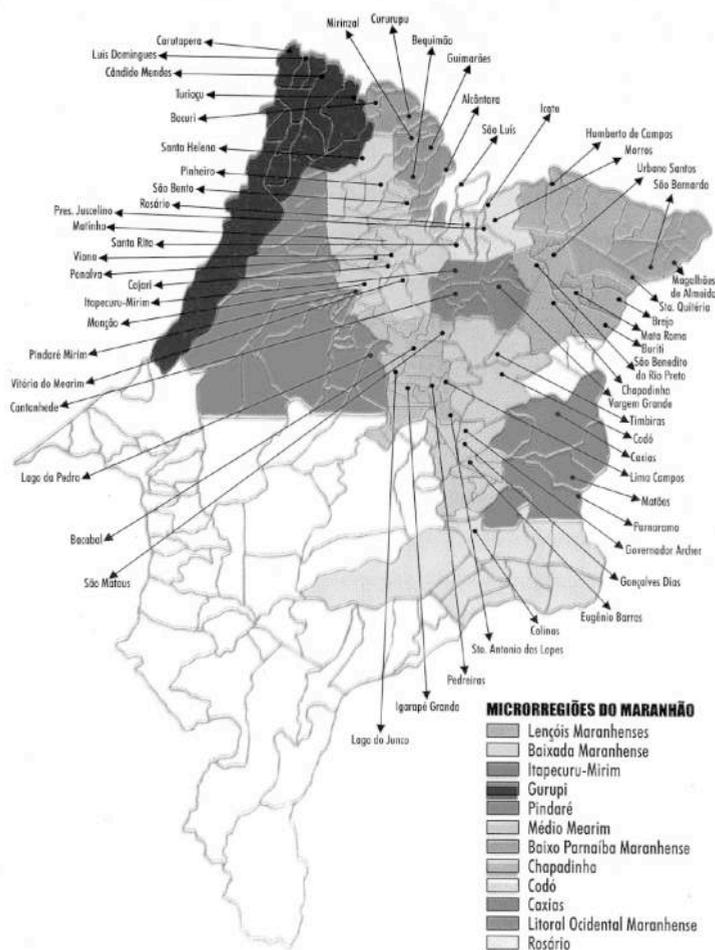


Figura 1. Mapa de Identificação das Terras de Preto no Maranhão.
Fonte: Projeto Vida de Negro (PVN).

Nesses contextos de mapeamento, a pesquisa ou conhecimento etnográfico do especialista visa caracterizar e definir, com base no ponto de vista dos moradores, a “origem” e a “continuidade histórica do quilombo”. Por enquanto, para as questões aqui tratadas interessamos que reter a apropriação e uso racial por parte dos militantes do movimento negro e lideranças quilombolas da proposta de “grupo étnico”, enquanto grupo organizacional e de auto-atribuição identitária apontado por Frederick Barth (1969), como parte e resultado dos cursos ou seminários ministrados por antropólogos, no Maranhão, no marco das práticas de “mapeamento” do PVN. As atribuições raciais ou culturais, implícitas nesta apropriação, são utilizadas por estes agentes no âmbito das disputas para definir o significado de quilombo, por exemplo, entre militantes e entre estes e os antropólogos.

Durante a elaboração desses trabalhos ocorreram alguns confrontos entre os pesquisadores militantes do movimento negro e os especialistas antropólogos relacionados ao tipo de conceituação utilizado pelos especialistas para definir e classificar as realidades mapeadas. Os militantes, com base numa idéia racial de quilombos, questionavam algumas das elaborações atribuídas a estas populações segundo o critério de etnia ou de grupo étnico. Por outro lado, os especialistas, apoiados nessas noções, questionavam a fala dos militantes, argumentando que o seu trabalho como cientistas e pesquisadores não lhes dava o “direito de definir se eram ou não remanescentes de quilombos (leia-se com características “raciais” ou como “negros”).

Em última instância, esta situação põe em evidência a tensão entre militantes e especialistas, referida às disputas pela interpretação legítima. O questionamento dos militantes em relação os pesquisadores é colocado no ponto da “representação política” que exercem as práticas dos cientistas sociais, enquanto autoridades reconhecidas para emitir e validar opiniões por meio do conhecimento e conceitos que produzem.

Conforme esta perspectiva, e para ampliar estas argumentações, as práticas de mapeamento fornecem não apenas os elementos envolvidos na disputa sobre os critérios de definição como “quilombos”, como também a base empírica e teórica para posteriores

pesquisas acadêmicas. Pois, a temática dos remanescentes, inicialmente procedente do âmbito estritamente político, é reelaborada pelo cientista no campo acadêmico, que acostuma adotar estas “comunidades” como universo empírico e/ ou temático dado. O que também favoreceu a institucionalização de novas interpretações a respeito das áreas a serem “identificadas”, que contribuíram para “naturalizar” o saber antropológico e o cientista social como especialista sobre o conhecimento destes grupos, expondo os laços entre práticas acadêmicas e debates políticos.⁹

De um modo geral, consideramos que esse conjunto de práticas e conhecimentos, ainda que em condições sociais de produção diferentes contribui, por meio do efeito político de teoria que exerce o saber autorizado, para dar existência social a estas populações como quilombolas ou “descendentes do tempo da escravidão”. Assim, do aparente desconhecimento e pouca importância atribuída até então a estas populações, de repente passaram a ser consideradas como diferentes e exóticas. Desta perspectiva, as diferentes “comunidades mapeadas”, ao serem colocadas e registradas na realidade social dentro do contexto atual da luta pelos direitos, passam a existir socialmente, cobrando sentido para as ações dos diversos agentes.

2. A MEDIAÇÃO DA PESQUISADORA: O QUE O PESQUISADOR DEVE CONHECER E A QUEM DEVE PERGUNTAR

É necessário lembrar de nossa perspectiva analítica, que a “entrada no campo” em Jamary¹⁰ pressupõe, implícita ou explicitamente, na

⁹ O dispositivo legal (Art. 68) inicialmente estruturava uma idéia de quilombo com base na historiografia tradicional, - que define quilombos como grupos organizados e de resistência à escravidão. Não obstante, durante o processo de mobilização se ampliam novas definições, a partir de conceituações de cunho antropológico, como a de “terras de preto” (Alfredo Wagner de Almeida, 1987) e auto-identificação, ambas tomam como base a noção de “grupo étnico” (Barth, 1969).

¹⁰ Jamary dos Pretos está no município de Turiaçu no noroeste do estado do Maranhão; a sua localização está relativamente distante da sede do município, sobretudo pelo seu difícil acesso (cerca de oito horas a pé). A população de Jamary é de 500 habitantes aproximadamente, distribuída em diferentes núcleos ou áreas, sendo Jamary o núcleo principal ou sede do quilombo. Em 1999 foi reconhecido oficialmente como quilombo Jamary dos Pretos, no contexto das ações da equipe do PVN, porém a titulação coletiva da terra foi obtida em 2005.

existência de um vínculo especial com determinadas pessoas, com posições particulares na estrutura de relações, que obriga o pesquisador a adotar o ponto de vista do exercício da flexibilidade e da objetivação. De um modo geral, para os nossos contatos e entradas no campo, ainda que indiretamente, foi necessária a mediação dos agentes do PVN, assim como as intermediações de dirigentes locais o que, sem dúvida, interferiu na nossa localização e esquema de classificação local.

Logo nas primeiras situações de campo, percebemos que as pessoas já tinham previamente forjado uma representação sobre nós e o nosso trabalho como pesquisadora, indicando-nos os lugares que tínhamos que conhecer e as pessoas importantes a quem deveríamos entrevistar.

Uma das informantes indicadas pelas pessoas era Severa, caracterizada não apenas como a pessoa “mais velha da comunidade”, como também “a matriz do quilombo” e as “fazendas do tempo da escravidão” foram os lugares mencionados para visitar.

Assim, ao invés de tomar como óbvias essas atitudes que os moradores tinham para com a pesquisadora, resolvemos problematizá-las, tentando observar o que estava em jogo. Ao fazer isto, percebemos a estreita conexão entre estes comportamentos e os efeitos que as práticas do PVN tiveram não apenas para os moradores de Jamary, como também para os pesquisadores que se interessaram em conhecer o “quilombo”. Quando estes pesquisadores chegavam ao local para fazer suas pesquisas ou trabalhos, já pressupunham nas suas elaborações conceituais idéias a respeito do que é um “quilombo”, muitas vezes materializadas em elementos concretos, como “danças”, ou “coisas” e lugares que lembrassem o “tempo da escravidão”, como “as antigas fazendas da escravatura”. Estes agentes ou pesquisadores também pressupunham uma hierarquia de informantes; entre estes, “os mais velhos” seriam os agentes legítimos para contar a história do quilombo, ao ser considerados como “os guardiões da memória e história do quilombo”.

Embora situações como as que examinaremos possam aparentar certos obstáculos para pesquisa, no sentido de que o pesquisado pode falar aquilo que o “pesquisador quer ouvir”, elas se tornam significativas ao revelar as mediações do pesquisador no seu trabalho e a necessidade

de objetivá-las e de examiná-las como objetivações mediáticas. Em outras palavras, indicam-nos imbricações sociais e culturais que se depreendem das relações entre a pesquisadora (ou pesquisadores) e moradores de Jamary, exemplificando-as e resumindo-as a partir desses dois contextos criados com a pesquisadora. É de notar que em nenhuma das situações foram explicitados os interesses e objetivos da nossa permanência em Jamary.

Situação n°1 (diálogo entre o pesquisado e a pesquisadora, Jamary, outubro de 2001):

I - “A senhora tem que conversar como a velha Severa, ela que sabe contar muito caso daquele tempo da escravatura, não é esse que é o serviço de você?”

P- Como assim?

I- É. A senhora não quer saber sobre esse “tempo dos escravos”? pois ela que sabe contar! Já veio muita gente fazendo esse mesmo serviço que a senhora está fazendo. Logo que o Ivan (“pesquisador de campo” do PVN) chegou aqui e começamos a trabalhar com a luta da terra, já passou muita gente por aqui fazendo pesquisa que nem a senhora. Veio a Astrid,, o Ricardo.¹¹ A senhora deve conhecer, não é?

P- Não.

I- Já foi lá, em Bonisário, em Santana, no centro das Mangueiras? (refere aos lugares onde havia as fazendas do “tempo da escravatura”)

P- Ainda não!

I- A senhora tem que conhecer. Lá tem (ainda) restos de tijolo, às vezes acha aqueles restinhos de louça colorida. Não ficou muita coisa, porque foi se acabando, e também ninguém sabia... ninguém falava pra gente (e) os que eram daquele tempo já tinham morrido”.

¹¹ A informante se refere a outras pessoas (ou pesquisadores) que passaram por Jamary.

Um dos aspectos que nos interessa destacar, por enquanto, da construção dessa situação de pesquisa é que o informante já pressupunha, na sua formulação, que a pesquisadora estava interessada nestas questões e esperava dela uma resposta afirmativa, ou melhor, parecia não estar interessado na resposta. Era como se se tratasse de algo natural, que a nossa presença e atividade na área estivessem relacionadas com a pesquisa sobre o “tempo da escravidão” e, indiretamente, como veremos na descrição da segunda situação, com os agentes e trabalhos de “mapeamento” realizados pela equipe do PVN.

A segunda situação tenta exemplificar a nossa tentativa de objetivar e refletir o que estava em jogo nessas atitudes que as pessoas tinham com a pesquisadora. Neste sentido, criamos situações com perguntas diretas relativas ao “tempo da escravatura”. O contexto a seguir foi extraído de uma situação criada de diálogo entre a pesquisadora e um casal de velhos (um homem e uma mulher), na porta da sua residência.

P – “Gostaria que a senhora me falasse do tempo da escravatura.

1 (M)- Não, isso nem sei lhe dizer como é? Nem era nascida ...

P - A senhora não ouviu falar?

1 - Eu?

P – É.

1 - Já ... já escutei. Mas isso aí foi de uns tempo pra cá que o pessoal começou a falar dessas coisas....da escravatura, mas eu nem sei como é.

2 (H) - Quem pode lhe explicar é aquela velhinha que mora lá, a Severa, ela que sabe.

1. - É, ela que sabe contar.

P- O que a senhora quer dizer quando fala que foi “de uns tempos pra cá” que começaram falar dessas coisas?

1 - Porque foi mesmo, antes ninguém sabia.

2 - Não, porque tudo começou com a “questão da terra”. Aí que chegou o Ivan e esse pessoal da sociedade (SMDH) que era pra fazer a pesquisa da terra, pra ajudar a gente na luta da nossa terra. Aí que começaram falar dessas coisas dos escravos... chegava pesquisador aqui fazendo esse mesmo serviço que a senhora está andando aqui. É só um trabalho (...) É por isso que essa terra aqui, é uma herança. “Herança do pai”? “Não”, (a herança) vem da raiz da escravatura, é uma terra da raiz. Esses aí (os velhos da comunidade) que ainda estão vivos, dentro dessa área, vêm da raiz da escravatura! (...) Quer dizer, que nós somos uma raiz de um tempo atrás, e o povo de Jamary está recebendo esta terra porque somos uma herança. Assim que eles falam (referência explícita às pessoas da equipe do PVN). Esse velho que mora lá, o Raimundo, já ajudou muito; foi um velho que lutou nessa terra com nós até agora. Andou muito, foi lá em Brasília. Ele pode lhe contar melhor. Até ameaçaram de morte por causa da terra.

P - O que o senhor quer dizer com a “questão da terra”?

2 - Porque é uma questão, ainda é porque não terminou, ninguém sabe quando (vai acabar).¹²

1 - E agora dona, vou lhe perguntar: como está o negócio da terra, a senhora, com esse trabalho que está andando, deve saber.

2 - O que está faltando aqui para nós é o título, nós já temos livro. Tem muito trabalho, só falta resgatar o nosso título”.

Interessa-nos destacar vários aspectos desta segunda situação. Por um lado, o reconhecimento e autoridade que os informantes atribuem à “velhinha Severa” para falar do “tempo da escravatura” e ao senhor Raimundo para falar sobre a “luta da nossa terra”. Assim, dentro da hierarquia de informantes criada em Jamary para dar conta das atividades do pesquisador, apresentavam a Severa como a autoridade

¹² Lembrar que o processo de reconhecimento oficial se inicia em 1992 e se materializa em 1999, porém somente em 2005 obteve a titulação coletiva da terra.

consagrada para informar sobre o “tempo da escravatura” e a antiga liderança Raimundo “Pau Santo”, o informante autorizado para falar da “questão da terra”. Gostaríamos de sublinhar ainda a conexão que se depreende das palavras do informante 2 entre “as coisas da escravidão” e a “questão da terra” e entre estas questões e a chegada na área “das pessoas da Sociedade (SMDH)” e dos pesquisadores, entre os quais nos incluem.

Em outros termos, a objetivação das “coisas da escravidão” e “a luta da nossa terra” se vinculam às condições criadas com a chegada do PVN e com “o serviço dos pesquisadores”. É neste sentido, também, que tanto as atitudes das pessoas, quanto as informações e dados que nos forneciam estão estreitamente relacionados às representações que os moradores elaboram a respeito da nossa presença e pesquisa na área, por um lado, e com os interesses e expectativas relativas ao atendimento de suas demandas ou direitos, por outro.

Da interpretação que o informante (2) faz do “tempo da escravatura” como se fosse “a nossa raiz de um tempo atrás”, depreende-se que esse “tempo” torna-se significativo para lutar e defender a terra do povo de Jamarý. Na formulação desse informante, “o povo de Jamarý está recebendo a terra porque somos uma herança”. Esta herança é manifesta nos dias de hoje nos “velhos” que ainda estão vivos - e chama a atenção aqui para o caráter simbólico de alguns “velhos”, pois é através deles que “a raiz desse passado” continua e se alimenta no presente, legitimando culturalmente o direito pela “herança”.

Para ampliar estas observações nos parece pertinente as formulações de uma das novas lideranças, Nora, extraídas da entrevista realizada em Jamarý, em outubro de 2001.

“Sempre que chega pesquisador, perguntam para a gente assim, com surpresa: -“ah, mas aqui é um quilombo?” A gente fala: “é, aqui é um quilombo”. Aí eles querem conhecer coisas daquele tempo. Só que aqui não tem mais nada, até porque (antes) ninguém sabia que isto era um quilombo. Então ficava difícil (guardar a cultura). Agora... a gente fala que “vamos levantar essa cultura” que está se acabando”.

A situação da liderança Nora, em certo sentido chamou-nos a atenção, não apenas para a surpresa do pesquisador ao chegar em Jamary e não encontrar sinais ou coisas relacionadas como o que supostamente imaginava que devia ser um quilombo, como também para o desconhecimento que os moradores tinham em relação a Jamary ser um “quilombo”. Num momento posterior da situação de entrevista acima mencionada, Nora nos indica o interesse, conforme a suas formulações “em levantar essa cultura que está se acabando” e conclui essa parte do discurso com alguns exemplos:

“(…) a Severa, a velhinha que mora aí, nós consideramos a matriz de Jamary, porque ela é a mais velha do quilombo e todo ano na festa da comunidade a gente faz um bolo de aniversário da fundação de Jamary e pedimos pra Severa cortar. (...) Tem o tambor, (...) as fazendas do tempo da escravatura. Aqui tem muita fazenda. Você tem que conhecer, já foi lá em Santana? A gente (dirigentes das associação) quer fazer um lugar para ir passear com as crianças”.

“A Festa da Comunidade” e o reconhecimento simbólico da “Velha Severa” como a matriz do quilombo são as primeiras manifestações culturais, instituídas em novembro de 1999, no marco da festa de comemoração dos “158 anos de resistência negra quilombola” criada para comemorar o reconhecimento oficial de Jamary como quilombo.¹³ Por meio do caráter simbólico da comemoração e da homenagem simbólica, consagram essa data como “festa da comunidade” e a velha Severa como a “raiz” ou “antigüidade do lugar” .

Não queremos dizer que antes não havia festas ou expressões de unidade, em certo sentido, similares; o nosso interesse é destacar a dimensão particular entre cultura e política que se introduz com a Festa da Comunidade como “festa do quilombo”. Em outras palavras, estas práticas de resgate foram atos performativos eficazes que contribuíram, por meio da linguagem que os codifica, para criar e

¹³ Vale destacar, o caráter simbólico desta festa no âmbito maior do país das atividades culturais destinadas a festejar o 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”.

materializar ligações do presente com o passado - uma idéia de origem e de destino cultural comuns, que passa por uma idéia de continuidade temporal – objetivando expectativas de futuro -, como a conquista de direitos. O que também diz respeito à necessidade, por parte de alguns dirigentes, de criar e fazer acreditar em vínculos de união e de solidariedade, que definem e alimentam, através dessa idéia de “traços culturais”, Jamary como uma “comunidade fraternal” pelo “resgate dos direitos”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho buscou indicar de que forma e em que sentido as práticas do cientista social ou as mediações contribuíram para definir grupos e, concretamente, para dar existência social aos remescentes de quilombos, em contextos de transformação social, a partir da viabilização de políticas como o art. 68. Neste sentido, examinamos as práticas de mapeamento como uma das dimensões que se depreendem do cientista social (ou antropólogo) e do seu saber como especialista.

Assim, com a intenção de sublinhar os graus diferentes de autoridade, tentamos colocar em evidência a eficácia simbólica que resulta do saber do “especialista”, indicando conexões entre a lei (ou debate) e o conhecimento antropológico. Na mesma linha de argumentação, porém expondo outras dimensões do processo, constatamos, por meio da materialização de disputas entre militantes e antropólogos, a apropriação por parte dos militantes das noções de grupo étnico e etnia e o uso racial e cultural que fazem das mesmas.

Sob este ponto de vista indicamos também que as ferramentas do especialista tendem a ocultar diferentes níveis de relações de poder no seio dos processos de desenvolvimento de relações entre indivíduos ou grupos. Isto é, as ferramentas e conhecimento do cientista e a medição que implica não apenas se vinculam a contextos sociais e políticos, mas também contribuem para criar estes contextos ou realidades sociais, por meio do efeito político de teoria, validando assim um determinado ponto de vista.

Isto significa considerar que o uso e o significado dados pelos sujeitos que se reconhecem como remanescentes ou “descendentes de

escravos” passam também pela relação que mantêm com o agente mediador, direta ou indiretamente incluído o pesquisador. Desta perspectiva, tentamos evidenciar os efeitos que teve, no Jamary, a nossa experiência etnográfica. Em lugar de tomar como óbvios aspectos do “fazer etnográfico” foram abordados como objeto de análise, tendo demonstrado a mediação que exerce a experiência no campo, que obriga a por em jogo tanto as condições de produção da etnografia como o próprio “sujeito” empírico, isto é, a constatação de uma “meta-etnografia”.

Assim, nosso trabalho expõe, especialmente, a necessidade de adotar na pesquisa a *objetivação participante* (Bourdieu y Loïc Wacquant: 1994: 222), que obriga o pesquisador a fazer um exercício reflexivo e uma ruptura com suas adesões mais profundas.

Para concluir, não podemos esquecer que em nenhum momento do trabalho tentamos postular “neutralidade” no exercício do pesquisador ou insinuar uma não- participação da nossa parte nas lutas de classificação. Ao constatar que o cientista social e o próprio pesquisador participam, seja direta ou indiretamente, dessas lutas o que nos propusemos, como desafio, abordar a questão de outro ângulo: examiná-las no sentido da investigação positiva, isto, nos seus próprios termos.

BIBLIOGRAFÍA

ALONSO, Sara (1999) “A Disputa pelo Sangue: Reflexões sobre a Constituição da Identidade e ‘Unidade Tembé’”, *Novos Cadernos NAEA*, 2(2), pp.33-56.

- (2000) “A relação pesquisador - pesquisado: a “obrigação” de “ajuda”, Bol. Museu Paraense Emilio Goeldi, *Série Antropologia* 16, pp. 3-84.

- (2004) Fazendo a Unidade. Uma perspectiva comparativa na construção de Itamoari e Jamary com “quilombos”. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- (2006) “O movimento pela identidade e resgate das terras de preto: uma prática de socialização”, ABA/MDA (org.) *Territórios Quilombolas*. PRÊMIO ABA/MDA, Brasília, MDA/NEAD, pp.17-36.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1987). “Terras de Preto, terras de santo, terras de índio. Posse comunal e conflito”. *Humanidades. Ano IV (15)*, pp. 43-48.

ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna (1998) *Negros do Trombetas. Guardiães de Matas e Rios*, Belém, CEJUP/UFPA-NAEA, 2a ed. (1a ed. 1993).

BAIOCCHI, Maria de Nazaré (1983) *Os negros do Cedro : estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás*, São Paulo, Ática.

BARTH, Frederick (1969) *Ethnic groups and boundaries*, Bergen-Oslo, Universiteta Forlaget, London, George Allen & Unwin.

BOURDIEU, Pierre (1980) *Le sens Pratique*, Paris, Ed. du Minuit.

- (1982) *Ce que Parler veut dire-L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc (1994) *Per uma Sociologia Reflexiva*, Barcelona, Herder.

ESCOBAR, Arturo (1995) *Encountering development. The making and the unmaking of the Third World*, Princeton University Press.

FABIAN, Johannes (1983) *Time and the Other: How Anthropology makes its object*, New York, Columbia University Press.

GOMES, Flávio dos Santos (1997) *A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. Tese de Doutorado. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

HANDLER, Richard (1984) “On Sociocultural Discontinuity: Nationalism and Cultural Objectification in Quebec”, *Current Anthropology* 25, (1), pp. 55-71.

- (1988) *Nationalism and Politics of Culture in Quebec*, The University of Wisconsin Press.

HERZFELD, Michael (1987) *Anthropology Through the Looking-Glass. Critical ethnography in the margins of Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.

LEITE, Ilka, Boaventura (ed.) (1996) *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*, Florianópolis, Letras Contemporâneas.

L'ESTOILE, Benoit, NEIBURG, Federico & SIGAUD, Lygia (2002) "Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa" in L'ESTOILE, B, F. NEIBURG e L. SIGAUD (eds.) *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*, Rio de Janeiro, RELUME DUMARÁ, pp. 9-37.

MAIR, Lucy (1984) "What is Development". In *Anthropology and Development*, London and Basingstoke, The Macmillan Press.

MALINOWSKI, Bronislaw (1935) "The method of field-work and the invisible facts of native law and economic" e "An ethnographic theory of language and some practical corollaries", in *Coral Gardens and their magic*, London, George Allen and Unwin Ltd., pp. 317-340 (vol. 1) e pp. 3-74 (vol. 2).

- (1985) "El mito en la psicología primitiva". In B. Malinowski, *Magia, Ciencia y Religión*. Barcelona, Planeta, pp. 105-173.

MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz (1985) *Castainho: etnografia de um bairro rural negro em Pernambuco*, Recife, Massangana.

O'DWYER, Eliane Cantarino (ed.) (1995) *Terra de Quilombos*, Rio de Janeiro, ABA.

OLIVEIRA, João Pacheco de (2002). "O antropólogo como perito: entre o indianismo e o indigenismo" in B. L'ESTOILE, F. NEIBURG e L. SIGAUD (eds.) *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*, Rio de Janeiro, RELUME DUMARÁ, p.253-277.

PROJETO VIDA DE NEGRO -SMDDH/CCN-MA /ARMQJ.1998. *Jamary dos Pretos - Terra de Mocambeiros*, São Luis: PVN, Coleção Negro Cosme, Vol. II

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (ed.) (1998) *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

SIGAUD, Lygia, (2000) “A Forma Acampamento: Notas a partir da versão Pernambucana”, *Novos Estudos*, 58 pp.71-92.